

SINDÁGUA DEFENDE SANEAMENTO PÚBLICO NA 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES



O SINDÁGUA está participando, em Brasília, da 6ª Conferência Nacional das Cidades, espaço fundamental para o fortalecimento da democracia participativa no Brasil. Com ampla participação popular e vasta programação, o evento reúne, desde terça-feira (24 de fevereiro), representantes do poder público, da sociedade civil, de entidades profissionais e de movimentos sociais de todo o país para debater os rumos do desenvolvimento urbano e construir propostas voltadas para a solução dos problemas enfrentados pelas cidades brasileiras. O encontro marca a retomada da Conferência após mais de dez anos.

No segundo dia do evento, nesta quarta-feira, o presidente do Sindicato, Eduardo Pereira, participou ativamente das discussões sobre a política de saneamento básico no país, quando apresentou propostas de emendas para fortalecer a gestão pública no setor e o acesso de todos aos serviços de água e esgoto. “Uma das propostas que apresentamos é

acabar com o corte de água, fornecer água de forma gratuita para as populações de baixa renda. A água é um bem público, um direito constitucional. É inadmissível ver famílias de baixa renda sem abastecimento de água por falta de pagamento.”

Eduardo defendeu também a revogação total da lei 14.026/2020, que instituiu o novo marco legal do saneamento, que visa exclusivamente a privatização das empresas públicas do setor. “Estamos aqui para mostrar à população e também ao governo federal que onde privatizou não está dando certo, como ocorre em São Paulo. E não queremos isso para Minas Gerais, para a população mais pobre, sobretudo em regiões como o Norte de Minas e os vales do Jequitinhonha e Mucuri”, ressaltou. A delegação do Sindicato conta ainda com os diretores Sílvia Ferreira e Adilson Ramos.

A 6ª Conferência Nacional das Cidades termina nesta sexta-feira (27/02) com a Plenária Final, quando as delibe-



rações dos quatro dias de atividades serão consolidadas no documento técnico do evento, que subsidiará as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), orientando ações e investimentos em áreas estratégicas como habitação, mobilidade urbana, saneamento, saúde, segurança e desenvolvimento territorial

